SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE, IP-RAM

Aviso n.º 392/2025

Sumário:
Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com as trabalhadoras, Ana Maria Abreu de Jesus e Márcia Patrícia Pereira Vieira, com início a 1 de dezembro de 2025 e 1 de outubro, respetivamente.

Texto:

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum, por recurso à reserva de recrutamento interna, para ocupação de dois postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, para a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 665/2023, II Série n.º 234, de 19 de dezembro, por despacho de Sua Excelência a Secretária Regional da Saúde e Proteção Civil de 08 de outubro de 2025, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com as trabalhadoras Ana Maria Abreu de Jesus e Márcia Patrícia Pereira Vieira, com início a 1 de dezembro de 2025 e 01 de outubro, respetivamente.

A remuneração correspondente é a 1.ª posição remuneratória, nível 7, da carreira e categoria de Assistente Técnico, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com as devidas atualizações.

Para os efeitos previstos nos artigos 45.º, 46.º e 49.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental será o mesmo do procedimento concursal. O período experimental tem início na celebração do contrato de trabalho em funções públicas, com a duração de 120 dias, de acordo com o referido na alínea b) do n.º 1 do artigo 49.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, conjugado com a Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República* n.º 188, II Série de 28 de setembro.

Funchal, 10 de novembro de 2025.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE, IP-RAM, Rubina Nunes Silva e Freitas